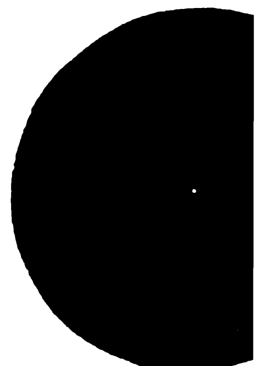
Centro de Estudos Bahianos

JOSÉ CALASANS

Lulú Parola e os acontecimentos Políticos de 1891



PUBLICAÇÃO
SALVADOR - BAHIA

30 DE OUTUBRO DE 1967

LULÚ PAROLA E OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DE 1891

José Calasans.

Ao contrário do que geralmente pensamos, Lulú Parola não nasceu poeta (1). O pseudônimo famoso, o mais popular do jornalismo baiano, apareceu assinando crônicas em prosa, muito antes de empunhar a lira do "cantando e rindo". Pelo que nos foi possível apurar, as produções iniciais de Parola datam do primeiro semestre de 1888, quando começou a escrever no *Jornal de Notícias*, da Bahia, a secção denominada *Far-niente*. A publicação das crônicas, nos primeiros tempos, não se fazia regularmente e quase sempre figuravam na segunda página da gazeta. O jovem cronista, então com 22 anos de idade, comentava, com chiste, acontecimentos nacionais ou locais. Sua coluna, evidentemente, não merecia a mesma atenção das secções *Coisas e Loisas* e *A coisa pública*, entregues à responsabilidade de Savério, que outro não era senão Xavier Marques, cinco anos mais velho do que Aloísio de Carvalho. São freqüentes, nos anos de 87 e 88, referências elogiosas aos artigos de Savério a quem o próprio *Lulú Parola*, num dos seus "*Far-niente*", considerava "moço de grande valor intelectual". Xavier Marques, aliás, além dos trabalhos divulgados nas suas secções costumeiras, escrevia estudos literários e perpetuava alguns sonetos. Desfrutava, assim, alto prestígio nos meios literários da cidade, o que lhe assegurava posição destacada no jornal em que labutava. Pouco a pouco, porém, Aloísio de Carvalho, que entrara para o conhecido jornal em 1866, ía conquistando seu público leitor o consolidando novos postos na organização jornalística de Lélis

(1) **Lulú Parola era pseudônimo de Aloísio Lopes Pereira de Carvalho, mais conhecido por Aloísio de Carvalho, jornalista baiano, nascido em 1866 e falecido em 1942.**

Piedade. Em 1888, abaixo do nome de Lélis Piedade, redator principal, surgiam, Xavier Marques, Aloísio dos Santos e Aloísio de Carvalho. Dois anos depois, como passasse alguns dias sem escrever o *Far-niente,* um confrade do Jornal do Povo lamentava sua ausência da faina periodística, o que lhe causou especial agrado. Firmava-se o moço jornalista. Em 1891, numa carta endereçada à redação da sua gazeta, um leitor que se assinava Costa e Silva, provàvelmente o poeta sergipano José Costa e Silva, futuro autor de "nenufares", declarava: "O Jornal de Notícias não cairia nunca no desagrado público, porque quem como êle possui a altivez das penas de Xavier Marques e Lelis Piedade, o talento *é* a verve de Aloísio de Carvalho, haveria de forçosamente passar por entre as sendas do jornalismo baiano coberto de flôres e cheio das bênçãos do povo". O "talento" *é* a "verve" de Aloísio de Carvalho enfatizava o missivista. Talento e verve que, na quele ano de 1891, iriam ser postos à prova, numa cartada decisiva. Xavier Marques, companheiro de quase cinco anos, deixou a direção do jornal a 29 de agôsto, dois dias antes do primeiro aniversário da morte repentina de Carlos Morais, cunhado de Aloísio de Carvalho, e principal esteio da emprêsa jornalística. Lelis Piedade e Aloísio de Carvalho ficariam, agora, sòzinhos, no cabeçalho do Jornal de Notícias. "Motivo que não enfraquece a amizade entre um e outro, priva esta fôlha do concurso de Xavier Marques", anunciou o diário baiano. Uma carta do romancista de *Jane* e *Joel,* publicada no dia seguinte, embora em têrmos amistosos, estava a indicar uma divergência entre Xavier Marques e Aloísio de Carvalho. O fato é que a fôlha perdia valioso elemento. Aloísio de Carvalho precisava trabalhar mais para preencher a lacuna. Sente-se, perfeitamente, o esfôrço realizado neste sentido. O jornal procurava ganhar nova feição. Anteriormente, o nome de Aloísio de Carvalho aparece, apenas, nos sonetos de amor e o pseudônimo Lulú Parola nas notas de "Far-niente", que passava meses sem dar côr de sí. Agora, em outubro, ressurge com regularidade e ao seu lado, a partir de 29 de outubro, Lulú Parola desponta na nova secção "Cantando e rindo", que vem numerada, indicando a intenção de prosseguir. O primeiro soneto da série, versa tema local, o abandono da *urbs* tricentenária, suja, que as chuvas expontâneamente lavraram, prestando um serviço útil à municipalidade. A longa aprendizagem poética de Aloísio de Car-

valho legara a Lulú Parola admiráveis qualidades, comprovadas na feitura daquele soneto inicial da nova atividade do bardo:

Rufam nos vidros baços das janelas
As gotas do aguaceiro correntio ...
Roçam-nos a epiderme um vento frio
A lembrar-nos o gôzo das flanelas.

E nas ruas misturam-se as barrelas
Da chuvarada as gotas, fio a fio
Congregam-se e formando breve rio
Trêfegas correm ruas e vielas.

Lavam tôda a cidade. E esta desperta
Límpida e alegre. A chuvarada vem
Dando quinaus à junta e à Intendência

Vassoura gratis, poderosa, certa
Que à Ciscópolis dá maior asseio
Transformando em emprezário a Providência.

Aparecendo, desde então, quase diàriamente, no "Far-niente" ou no "Cantando e rindo", na primeira página do jornal, Lulú Parola conquistava, de modo definitivo, seu lugar na história do jornalismo baiano, graças, sobretudo, aos versos que compunha. É interessante acompanhar, nos dois meses derradeiros de 1891, o poeta e o prosador, numa luta singular. Parece-nos que Lulú Parola houvesse considerado, de início, que as duas secções pudessem atuar em campos diversos. "Far-niente" seria destinada ao acontecimento político, ao fato cotidiano de interêsse público, digno do comentário chistoso, onde faria pròpriamente jornalismo, opinando, enquanto o poeta, sem os mesmos compromissos do comentarista de informar com segurança, de emitir opinião, de orientar o público, poderia dar ensanchas ao seu lirismo, compor cantigas de amor, enunciando coisas leves, cantando e rindo. O jornal não era político-partidário e o jovem menestrel não desejava mesmo envolver-se nas complicações de política. Se Aloísio de Carvalho era precavido, Lulú Parola o era ainda mais. Aconteceu, porém, que, quatro dias após o primeiro "cantando", o País foi abalado por um evento político da maior significação. A 3 de novembro, o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional. O acontecimento, como era lógico, tornou-se o tema obrigatório, o prato do dia. Dominou as conversas. Tôda gente comentava a nova situação, que o

proclamador da República explicava haver sido forçado a implantar para salvação da Pátria. O moço poeta, em devaneios sentimentais, não se considerava obrigado a manifestar sua opinião a respeito do momento histórico que o Brasil estava vivendo. Preferia dedilhar a lira, no "Cantando", para descantar coisas de amor, inteiramente alheio à ditadura recém-implantada. Por isso, a 9 de novembro, cantarolava:

Perguntas-me porque desde alguns dias
Não vou à tua casa, ó lírio amado!
Para ouvir dos teus lábios-harmonias
E em teus olhos achar lume sagrado.

Tens razão e não tens em tal censura
Sabes que à tua casa eu vou sòmente
Por ti, por ti que adoro intensamente
E não pra discutir a ditadura.

E teu pai quer por fôrça que eu lhe diga
O que há nos jornais, que êle me obriga
A ler de ponta a ponta, comentado.

Não há amor que resista a tal suplício
E se pra mim, não ver-te é sacrifício
Prefiro ao que teu pai me estava dando.

Fugindo à política na secção rimada, entrava em cheio no momentoso episódio da dissolução no "Far-niente" do dia 10, glosando a sorte do Parlamento. Fugaz, todavia, a atitude de alienação política do poeta. Novembro de 91 foi um mês riquíssimo de casos políticos. O golpe de Estado, de Deodoro, o vitorioso pronunciamento da armada contra o marechal, a deposição de José Gonçalves, na Bahia, entre outros eventos, dariam, à farta, material ao humorista. O adesismo nacional e a confusão baiana tornaram-se veios inesgotáveis de inspiração poético-satírica. Desinteressado a 9, dias depois Lulú Parola marcava um tento, abordando o fenômeno político de então, verdadeira constante, aliás, da História do Brasil. O golpe de Estado de Deodoro não provocara a reação nacional. De todos os recantos do País vinham telegramas e moções de apoio, de irrestrita solidariedade ao velho cabo de guerra que, para salvar a Pátria, liquidara o Legislativo. Todos aderiram ao sistema implantado a 3 de novembro. Lulú Parola, num soneto admirável, expressou os "sentimentos gerais":

Eu adiro, tu aderes, êle adere.
Todos nós aderimos prontamente
A questão é ficar comodamente
Sem perder os proventos que se aufere.

O que está feito, está feito. Derramar
sangue por causa disto é insensatez
Desde que pra mostrarmos altivez
Basta a prosa da sala de jantar.

Quem tem mulher e filhos, meu amigo,
Não quer ser prejudicado, ao mais prefere.
Vir pra rua brigar, não é comigo.

Em conflitos assim, não interfere
Por isso nos momentos de perigo
Eu adiro, tu aderes, êle adere.

Durante alguns dias, nos comentários emitidos, quer em prosa, quer em verso, Lulú Parola focaliza os mesmos assuntos, aproveitando, não raro, as mesmas palavras, as frases, que julgava de melhor efeito. "Por isso um compadre" disse que em casa tem discutido muito o ato, mas que não vem para a rua dizer o mesmo, porque alega que o cheiro de pólvora causa-lhe mal aos nervos. Eu não. Se não sou dos que logo telegrafam aderindo à solução dissolução, também não grito, porque só posso ver batalhas ... em pintura" Gostou, certamente, do achado "solução dissolução" e julgou que o mesmo faria mais efeito no verso. Aproveitou o trocadilho no soneto do dia seguinte, ferindo ainda o teclado do adesismo:

Permiti, general, nos felicite
Ante o vosso decreto salvador
De tudo quanto é meu, podeis dispôr
Pois a minha adesão não tem limite.

Fizestes muito bem, que era preciso
E não há francamente quem não sinta
Que muito breve teremos câmbio a trinta
E' tudo quanto basta a um paraíso.

Prosou tanto o Congresso, o federal
Que disso é que provinha o grande mal
Da crescente anarquia da nação.

Fora, pois, o Congresso. E d'ora avante
Mais um axioma triunfante
Quem diz dissolução, diz solução.

A nação em pêso aderira, acreditava-se. Completa paz no Brasil inteiro. O povo reconhecido ao legendário soldado alagoano, que garantia a tranquilidade dos lares. As autoridades vigilantes, bem informadas, asseguravam que tudo ía bem. O poeta, podia, portanto, proclamar:

Há paz, há tranquilidade
Diz o nosso oficialismo
Pode-se crêr que é verdade
Há paz, há tranquilidade
Baixa o câmbio. Novidade.
O culpado é o maquinismo
Há paz, há tranquilidade
Diz o nosso oficialismo.

Desde o Amazonas ao Prata
Do Rio Grande ao Pará
Ó que gente tão pacata
Desde o Amazonas ao Prata
Nosso sangue é de barata
Dê daqui, dê de acolá
Desde o Amazonas ao Prata,
Do Rio Grande ao Pará.

A calmaria era aparente. Havia conspiração e conspiração grossa. Decorridos vinte dias do golpe de Estado, os navios da esquadra, no Rio de Janeiro, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, assestaram seus canhões na direção da cidade, forçando a renúncia de Deodoro, logo substituído pelo Vice-Presidente, Floriano Peixoto, discretamente envolvido na bem sucedida conjuração. "Cantando e rindo" e "Far-niente" entraram em férias, nos primeiros instantes. Para ganhar tempo, saiu-se Lulú Parola, a 26 de novembro, com uma poesia humorística de primeira qualidade, versando costumes da terra:

Estava cheia a sala inteiramente
A elegância do bairro ali se achava
Ao maxixe um conviva então chamava
Seloto soarer, da flor da gente.

Deu sinal pra uma valsa. Um convidado
Em curvatura diz — Minha Senhora
Pra esta *solta* tem par? Oh! não, por ora
Entonces, honre logo ao seu criado

E de braços, orgulhoso, com três
Vossência aperciou alguma vez
A beleza da aurora boreal?

E ela num requebro, mui faceiro
Meu vizinho, seu Chico funileiro,
Prantou duas no fundo do quintal.

Repetiu-se, em virtude de volta do Brasil ao regime legal, a onda adesista. "Eu aderi sem demora ao govêrno do marechal Floriano Peixoto", proclamou Lulú Parola no "Far-niente", "que embora os laços de parentesco, talvez não se recorde mais das íntimas relações que sempre entretivemos e que se enfraqueceram por ter eu deixado de escrever-lhe. E aderi, não só por isso, como também se eu não tivesse aderido, o meu vizinho aderira e ficava sendo mais brasileiro do que eu, só pelo simples fato da adesão. Escrito êste último período — que é uma ginástica do verbo aderir, cabe-me dizer as outras razões porque telegrafei a meu prezado tio e padrinho". E, concluía, a fazer trocadilhos: "o que foi dissolvido é como se não fôsse e se estiveram ex por alguns dias, foi êsse *ex* o melhor presente que poderiam receber para tão bom futuro. O *ex* é que foi dissolvido; tanto fêz que ficou sendo o que os outros eram".

A adesão do humorista à mais efémera das ditaduras brasileiras e seu incondicional apoio à volta do País ao regime da lei, tudo em nome dos mais altos interêsses públicos, constituem preciosa página de psicologia política, indispensável ao historiador daquela fase republicana. Neste ensêjo, como era em vários outros instantes da vida brasileira e baiana, Lulú Parola, sem paixão, sem violentas manifestações de caráter pessoal, com graça, figura, chiste, viu o ângulo pitoresco dos acontecimentos, que não raro é o traço marcante de certos fatos, de certas atitudes, de certas personalidades. Em *Cantando e rindo,* que durou de 1891 a 1919, o pesquisador da história social e política encontrará, assim, subsídios do mais alto valor. Bem que se poderia escrever a História da Bahia na lira de Lulú Parola, obra na qual o primeiro capítulo recordaria os episódios ligados à deposição do governador José Gonçalves. Se o adesismo caracteriza o fugace período do golpe de Estado, a mais estranha confusão marca a vida política baiana nos derradeiros dias de 1891. Recordemos um pouco. José Gonçalves, primeiro governador constitucional da Bahia, aceitara como a quase totalidade dos chefes do executivo nos demais Estados, o 3 de novembro

Acomodara-se à situação. Com o contra golpe, porém, a 23 de novembro, seus adversários políticos, apoiados em oficiais da guarnição federal, forçaram-no a abandonar o poder, assumindo as rédeas do govêrno o general de brigada **Tude** Soares Neiva, comandante do Distrito. Serviu-se Lulú Parola do sucedido para compor seu primeiro soneto do ciclo baiano:

Perguntaram-me a sério a opinião
Você agora o que é? E' *gonçalvista*
Ou em virtude dos fatos é *tudista?*
Eu respondi-desculpe, cidadão.

Para falar da política do Estado
Mais do que nunca sinto-me indisposto
Por um não ser, porque já está deposto
E acho feio ser logo doutro lado.

Peço-lhe, pois, amigo, que me deixe
Meu civismo não é carne nem peixe
Não é nada quando há pancadaria.

Perde a fala, devido a comoção
E por isso quando há revolução
Já não pertence à mesma freguesia.

Não havia amparo constitucional para o general Tude ficar no govêrno. O cons. Luiz Viana, presidente do Senado, era o substituto legal de José Gonçalves. Na sua falta, Sátiro de Oliveira Dias, presidente da Câmara dos Deputados. Ambos, porém, sentindo-se sem garantias, recusavam a investidura. Lulú Parola, sempre atento, registou:

Quem quer? Quem quer? Ninguém. Não há
quem queira
Um se não houvesse *rôlo*, aceitaria
E o outro disse, não vou sem garantia
Não sou eu quem pratica tal asneira.

E o casarão da Vitória está fechado
Fato que sucedeu bem raras vêzes.
E' que agora o inquilino tem 2 meses
Ou até menos talvês pra ser mudado.

Dizem mais, que tem alma d'outro mundo
E na cadeira um aviso em negro fundo
Quem não tiver coragem, não se meta.

Como não há no caso quem se agrade
Acho bom nomear-se logo um padre
Com um crédito aberto pra água benta.

Diante do impasse criado, resolveu o nôvo detentor do mais alto posto da República, enviar um emissário de sua confiança para observar o ambiente, visando solucionar a crise reinante. A delicada e importante missão foi confiada ao tenente coronel Francisco de Abreu Lima, militar de boa reputação entre os camaradas de farda. Na cidade, iniciou gestões, ouvindo políticos dos velhos tempos e da nova era, indo, inclusive, conversar com o conselheiro José Antônio Saraiva, no seu engenho em Pojuca. Acompanhando os passos do observador florianista, o poeta anunciou:

Logo depois de chegado
Foi conversar na Pojuca
De tudo tem-se informado
Logo depois de chegado

Quem há de ser nomeado
Quem cairá na arapuca
Logo depois de chegado
Foi conversar na Pojuca.

Os dias transcorrem inquietos. Nenhum acêrto surgiu. O Estado pràticamente acéfalo porque o general Tude apenas mantinha a ordem pública, sem adotar qualquer providência de caráter administrativo. Conferências e mais conferências, diàriamente anunciadas pela imprensa. A 4 de dezembro, versejava Parola:

Post tanta conferência
Vamos ver que se resolve
Qual é o fim da pendência
Post tanta conferência
Sem haver muita prudência
O conflito não se solve
Post tanta conferência
Vamos ver que se resolve

Prosseguiu a 5, traduzindo a espectativa geral:

Hoje não, amanhã sim
Vós tereis a solução
Há dias vive-se assim
Hoje não, amanhã sim
Parece só terá fim
No Natal, esta questão
Hoje não, amanhã sim
Vós tereis a solução.

O poeta como que se sentia agora mais a vontade do que o Lulú Parola do *Far-niente.* Encontrava na rima, que lhe acudia fàcilmente, o meio mais cômodo de ser, a modalidade pessoal de satirizar. Parecia-lhe, além disto, que a licença poética era bem mais ampla "já se pode rir em prosa" indagou numa crônica de 12 de dezembro. "Eu estava esperando que a coisa se resolvesse definitivamente, em última instância federal ou estadual, para então aparecer rindo em prosa. Que em verso já tenho eu glosado o acontecimento, sem mêdo de responsabilidade, porque ser poeta neste país é o mesmo que dizer que não tem juízo". A nota acima revela uma posição adotada por Lulú Parola, que preferiu, daí por diante, ver e criticar os fatos e feitos como um simples poeta. *Far-niente* era uma secção fadada a desaparecer primeiro do que *Cantando e rindo.* Pouco a pouco, Lulú Parola relegou-a a plano secundário, raramente voltando à prosa de *Far-niente* nos anos seguintes dedicados à exclusiva consolidação do prestígio indiscutível do *Cantando e rindo.* Seria, portanto, no verso, que Parola trataria do desenrolar daqueles dias inquietos e engraçados . . .

É, na quarta ou quinta-feira
Sexta, sábado ou domingo
A ocupação da cadeira
É, na quarta ou quinta-feira
Govêrno de brincadeira
Só se forma pingo a pingo
É, na quarta ou quinta-feira
Sexta, sábado ou domingo.

Como o problema continuasse sem solução, lembrou-se o poeta de apresentar também uma fórmula.

Para a contenda acabar
Há providência segura
Nem é preciso pensar
Para a contenda acabar

Hoje não, amanhã sim
Vós tereis a solução
Há dias vive-se assim
Hoje não, amanhã sim
Parece só terá fim
No Natal, esta questão
Hoje não, amanhã sim
Vós tereis a solução.

O poeta como que se sentia agora mais a vontade do que o Lulú Parola do *Far-niente*. Encontrava na rima, que lhe acudia fàcilmente, o meio mais cômodo de ser, a modalidade pessoal de satirizar. Parecia-lhe, além disto, que a licença poética era bem mais ampla "já se pode rir em prosa" indagou numa crônica de 12 de dezembro. "Eu estava esperando que a coisa se resolvesse definitivamente, em última instância federal ou estadual, para então aparecer rindo em prosa. Que em verso já tenho eu glosado o acontecimento, sem mêdo de responsabilidade, porque ser poeta neste país é o mesmo que dizer que não tem juízo". A nota acima revela uma posição adotada por Lulú Parola, que preferiu, daí por diante, ver e criticar os fatos e feitos como um simples poeta. *Far-niente* era uma secção fadada a desaparecer primeiro do que *Cantando e rindo*. Pouco a pouco, Lulú Parola relegou-a a plano secundário, raramente voltando à prosa de *Far-niente* nos anos seguintes dedicados à exclusiva consolidação do prestígio indiscutível do *Cantando e rindo*. Seria, portanto, no verso, que Parola trataria do desenrolar daqueles dias inquietos e engraçados . . .

É, na quarta ou quinta-feira
Sexta, sábado ou domingo
A ocupação da cadeira
É, na quarta ou quinta-feira
Govêrno de brincadeira
Só se forma pingo a pingo
É, na quarta ou quinta-feira
Sexta, sábado ou domingo.

Como o problema continuasse sem solução, lembrou-se o poeta de apresentar também uma fórmula.

Para a contenda acabar
Há providência segura
Nem é preciso pensar
Para a contenda acabar

É, o federal nomear
A nossa magistratura
Para a contenda acabar
Há providência segura.

Entra dia e sai dia, ninguém se entende. Faltava a todos capacidade de renúncia, como bem percebeu o cronista-poeta, escrevendo a 16 de dezembro:

Quer de um, quer de outro lado
Há capricho em governar.
Patriotismo ... calado
Quer de um, quer de outro lado
Por fim, Zé Povo coitado
É, que há de as favas pagar
Quer de um, quer de outro lado
Há capricho em governar.

Os entendimentos malogrados do tenente coronel Abreu Lima começaram a despertar suspeitas quanto aos seus verdadeiros objetivos. O militar-emissário queria êle próprio o poder estadual. Como os boatos andassem soltos, apresssou-se em desmentí-los, afirmando aos jornais que tendo contribuído para derrubar a ditadura de Deodoro, jamais praticaria um ato contrário à Constituição. Disse, porém não cumpriu a palavra, tanto assim que a 17 de dezembro ocupou a curul governamental, recebida das mãos do general Tude, que alegara motivo de saúde para renunciar o posto.

Alguém já está governando
Sem ser um membro legal
A coisa vai se aclarando
Alguém já está governando
Veio aos bocados chegando
A intervenção federal.

Mesmo sem ser aclamado
Já não é mais interino
Governador é chamado
Mesmo sem ser aclamado
Do embaixador nomeado.
Que perspicácia, que tino
Mesmo sem ser aclamado
Já não é mais interino.

Assumindo o govêrno, o que era em verdade uma usurpação, Abreu Lima começou a sofrer violenta oposição. A

maioria dos jornais, inclusive o apartidário Jornal de Notícias, profligou o ato surpreendente e ilegal do soldado florianista. Os oficiais da guarnição lançaram manifesto condenando a atitude do companheiro d'armas. O general Dionísio Cerqueira, deputado federal, telegrafou ao nóvel governador, dizendo-lhe que respeitasse a Bahia. Dividiu-se a opinião pública, parte admitindo a permanência do usurpador, parte esperando seu afastamento imediato.

Fica ou não fica. Não sei
Quando se acaba o brinquedo
Do manifesto eu gostei
Concidadãos: atendei
Dizei-me muito em segrêdo
Fica ou não fica? Não sei
Quando se acaba o brinquedo.

Diz um grupo: há de ficar
Grita outro, há de descer
Pode, não pode, aí estar
É, contra a lei: governar.
E é contra nós o ceder
Diz um grupo: há de ficar
Grita um outro há de descer.

Floriano Peixoto, para quem apelara o discutido governante, não lhe deu necessário apoio. O govêrno da Bahia deveria ser entregue a quem de direito. Fenecera o sonho governamental de Abreu Lima.

Nem tudo na vida é mel
Nem todo gôsto é perfeito
Foi por terra o coronel
Nem tudo na vida é mel
Do Rio veio um papel
Entregue a quem de direito
Nem tudo na vida é mel
Nem todo gôsto é perfeito.

Esvasiada a pretensão, sem o necessário respaldo do poder central, procurou-se, brasileiramente, uma fórmula. O dr. José Gonçalves da Silva e o conselheiro Luiz Viana, respectivamente, Governador do Estado e presidente do Senado, renunciariam aos seus mandatos. O chefe de divisão reformado Leal Ferreira seria eleito presidente do Senado, assumindo nesta qualidade o govêrno da Bahia. Tudo acertado,

lavrou-se, a 22 de dezembro, histórica ata, assinada por diversos próceres políticos. Era o fim da contenda.

Lavremos, pois, uma ata
Cada qual cede um bocado
Do bem público se trata
Lavremos, pois, uma ata
Isto é nó que se desata
Não precisa ser cortado
Lavremos, pois, uma ata
Cada qual cede um bocado.

Empossado o velho marujo, aquietaram-se, por algum tempo, os círculos políticos. O episódio Abreu Lima ficou sendo um ligeiro acidente no evolver da democracia entre nós. Uma coisa sem importância, passageira, Lulú Parola considerou, assim, encerrando, então, seus comentários em tôrno daquela fase:

Foi um ligeiro acidente
Patológico e chinfrin
Já está em paz tôda gente
O *super-omnia* tenente
Viu perdido seu latim
Foi um ligeiro acidente
Patológico e chinfrin.